RESOLUÇÃO Nº 29 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

Aprova o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício de 2016 no IFPR.

O **CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o Parecer exarado pelo conselheiro relator Luiz Carlos Eckstein no processo 23411.007062/2015-09,

RESOLVE:

Art. 1ºAprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) do exercício de 2016 no Instituto Federal do Paraná, nos termos do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com ampla publicação e divulgação na página eletrônica do IFPR.

Sala de Sessões do Conselho, 17 de dezembro de 2015.

ÉLIO DE ALMEIDA CORDEIRO,
REITOR *PRO TEMPORE*.

Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

PAINT 2016
PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA

PAINT 2016 – Versão Preliminar

ÍNDICE

INSTITUIÇÃO 3
CAMPUS 4
ALUNOS 5
CURSOS 5
SERVIDORES 11
DO ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA 11
OBJETIVO GERAL DA AUDITORIA 12
OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDITORIA 12
RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS 13
RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS 14
ORÇAMENTO DO IFPR (PLOA - 2016) 14
PAINT 14
I - MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES 15
II - HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES 15
III - ÁREAS RELACIONADAS 21
IV- AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO FORTALECIMENTO DA AUDITORIA (IN SFC nº 01 de 2007) 22
V- CÁLCULO DA FORÇA DE TRABALHO 23
CONSIDERAÇÕES FINAIS 27
ANEXO 1: PLOA 2016 – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA 29
ANEXO 2: CÁLCULO DA RELEVÂNCIA NAS ÁREAS A SEREM AUDITADAS 32

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2016

Em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa CGU nº 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa CGU nº 9, de 14 de novembro de 2007, abordando os itens contidos no Art. 2º da Instrução Normativa CGU nº 01, de 3 de janeiro de 2007, apresentamos para apreciação da Controladoria Geral da União, no Estado do Paraná, o PAINT do exercício de 2016.

INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). É voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

A instituição foi criada em dezembro de 2008 através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com a Lei em vigor, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica.

Atualmente, a instituição atende aproximadamente 18 mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e à distância.

O IFPR é uma instituição federal de ensino com atuação em diversos municípios do Paraná. E está presente nas seguintes cidades [1]:

1. Assis Chateaubriand
2. Campo Largo
3. Capanema
4. Cascavel
5. Colombo
6. Curitiba
7. Foz do Iguaçu

[1] De acordo com a Resolução 02/2015 de 06 de fevereiro de 2015 – CONSUP/IFPR

8. Irati
9. Ivaiporã
10. Jacarezinho
11. Jaguariaíva
12. Londrina
13. Palmas
14. Paranaguá
15. Paranavaí
16. Pinhais
17. Pitanga
18. Telêmaco Borba
19. Umuarama
20. União da Vitória
21. Astorga
22. Barracão
23. Coronel Vivida
24. Lapa
25. Quedas do Iguaçu

CAMPUS

✓ 20 *campi* (Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama, e União da Vitória);

✓ 05 *campi* avançados (Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Lapa e Quedas do Iguaçu);

ALUNOS

Dados de 2015 apontam que o IFPR possui:

- ✓ 11.281 [2] - alunos na modalidade presencial
- ✓ 6.685 [3] - alunos que cursam na modalidade EAD
- ✓ 17.966 - Total de alunos (presencial e EAD)

CURSOS

Em 2015, o Instituto Federal do Paraná ofereceu à sociedade [4]:

- ✓ 1.452 – vagas em cursos técnicos subsequente;
- ✓ 1.916 – vagas em cursos técnicos integrado ao ensino médio;
- ✓ 40 – vagas em cursos técnicos concomitantes;
- ✓ 80 – vagas em cursos (PROEJA[5]- FIC);
- ✓ 720 – vagas em cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) ;

- ✓ 310 – vagas em cursos superiores de bacharelado;
- ✓ 600 – vagas em cursos superiores de licenciatura;
- ✓ 400 – vagas em cursos superiores de Tecnologia;
- ✓ 40 – vagas em cursos de pós-graduação lato sensu;

[2] Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) – Dados fornecidos pela Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN/IFPR) – 10/08/2015

[3] Fonte: EaD.

[4] Fonte: Gestão Info Indicadores (22/09/2015) e PROENS (Pró-reitoria de Ensino).

[5] Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e adultos

Quadro 01 – Cursos Superiores nos Campus[6] (bacharelado, licenciatura e tecnologia) [7]

CURSOS SUPERIORES	ASSIS CHATEAUBRIAND	CURITIBA	FOZ DO IGUAÇU	IRATI	IVAIPORÃ	JACAREZINHO	LONDRINA	PALMAS	PARANAGUÁ	PARANAVAÍ	TELÊMACO BORBA	UMUARAMA	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO								40					40
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	40		40	40			40		40	40	40		280
ARTES VISUAIS								40					40
AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL											40		40
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	40						40					40	120
CIÊNCIAS CONTÁBEIS		40						40					80
CIÊNCIAS SOCIAIS									40				40
DIREITO								40					40
EDUCAÇÃO FÍSICA								40					40
ENFERMAGEM								30					30
ENGENHARIA AGRONÔMICA								40					40
FARMÁCIA								40					40
FÍSICA			40		40				40		40		160
GESTÃO PÚBLICA		40											40
LETRAS-PORTUGUÊS/INGLÊS								40					40
MANUTENÇÃO INDUSTRIAL									40				40
PEDAGOGIA								40					40
QUÍMICA						40		40		40			120
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO								40					40
TOTAL	80	80	80	40	40	40	80	470	160	80	120	40	1310

[6] Do total das vagas ofertadas, 10% são destinadas ao SISU.
[7] Fonte: Gestão Info SIGAA (22/09/2015).

Quadro 02 – Cursos Técnicos Concomitantes nos Campus [8]

CURSOS SUPERIORES / CAMPUS	IVAIPORÃ	TOTAL
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	40	40
TOTAL	40	40

[8] Fonte: Gestão Info SIGAA (22/09/2015).

Quadro 03 – Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio nos Campus[9]

CURSOS INTEGRADOS / CÂMPUS	ASSIS CHATEUBRIAND	BARRACÃO	CAMPO LAGO	CAPANEMA	CASCAVEL	COLOMBO	CORONEL VIVIDA	CURITIBA	FOZ DO IGUAÇU	GOIOERÊ	IRATI	IVAIPORÃ	JACAREZINHO	JAGUARIAÍVA	LONDRINA	PALMAS	PARANAGUÁ	PARANAVAÍ	PINHAIS	PITANGA	TELÊMACO BORBA	UMUARAMA	UNIÃO DA VITÓRIA	TOTAL
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO		40					40	36											40					156
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA											40	36												76
TÉCNICO EM AGROINDUSTRIA																		40						40
TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO																								0
TÉCNICO EM ALIMENTOS													40			40								80
TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA														40	40									80
TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL																					40			40
TÉCNICO EM CONTABILIDADE								36																36

[9] Fonte: Gestão Info SIGAA (22/09/2015)

TÉCNICO EM COOPERATIVISMO				40																40				80
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES									40															40
TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	40		40										40					40						160
TÉCNICO EM ELETRÔNICA								36																36
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA												36												36
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	40				120	40		36	40	40	40	36	40		40		40	40	40			40	40	672
TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET																					40			40
TÉCNICO EM MECÂNICA								36								40					40			116
TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE																40								40
TÉCNICO EM PETRÓLEO E GÁS																								0
TÉCNICO EM PETRÓLEO E GÁS								36																36
TÉCNICO EM PROCESSOS FOTOGRÁFICOS								36																36
TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS								36																36
TÉCNICO EM QUÍMICA																						40		40
TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS															40									40
TOTAL	80	40	40	40	120	40	40	288	80	40	80	108	120	40	80	80	120	120	80	40	120	80	40	1916

Quadro 04 – Cursos Técnicos Subsequentes

CURSOS SUBSEQUENTES / CAMPUS	ASSIS CHATEUBRIAND	CAMPO LAGO	CORONEL VIVIDA	CURITIBA	FOZ DO IGUAÇU	IVAIPORÃ	JACAREZINHO	LONDRINA	PARANAVAÍ	UMUARAMA	TOTAL
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO			40	36							76
TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	40										40
TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO										40	40
TÉCNICO EM AQUICULTURA					40						40
TÉCNICO EM ARTE DRAMÁTICA							40				40
TÉCNICO EM CERÂMICA		32									32
TÉCNICO EM COZINHA					32						32
TÉCNICO EM DEZENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL										40	40
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES				36							36
TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	40			36					40		116
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA		64		36		40					140
TÉCNICO EM ENFERMAGEM				36				30			66
TÉCNICO EM EVENTOS				36							36
TÉCNICO EM HIDROLOGIA					40						40
TÉCNICO EM INFORMÁTICA						40				40	80
TÉCNICO EM MASSOTERAPIA				36				40			76
TÉCNICO EM MECÂNICA		64		36							100
TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	40										40
TÉCNICO EM PROCESSOS FOTOGRÁFICOS				36							36

TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE AUDIO E VIDEO				36							36
TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA				50				40			90
TÉCNICO EM RADIOLOGIA				36							36
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL				36				40			76
TÉCNICO EM SECRETARIADO				36							36
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES				36							36
TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS				36							36
TOTAL	120	160	40	590	112	80	40	150	40	120	1452

SERVIDORES

Em seu quadro de funcionários [10], a instituição conta com 1.777 pessoas, sendo:

- ✓ 1000 docentes
  - ✓ 765 - Dedicação Exclusiva
  - ✓ 172 - 40 horas
  - ✓ 63 – 20 horas
- ✓ 777 servidores técnicos administrativos efetivos

DO ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA

Segundo o Estatuto do Instituto Federal do Paraná, a Auditoria Interna, órgão independente de supervisão, acompanhamento e avaliação dos procedimentos administrativos, terá pleno acesso às informações constantes nos sistemas, processos ou documentos da Instituição, como unidade de controle responsável por fortalecer e agregar valor à gestão, por meio da contínua fiscalização dos atos da entidade, para que estes estejam de acordo com os princípios da legalidade e da transparência. Compete à

[10] Fonte: Gestão Info SIG RH (24/09/2015)

Auditoria Interna intermediar a relação entre o Instituto Federal do Paraná e os Órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

OBJETIVO GERAL DA AUDITORIA

O objetivo geral da auditoria é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDITORIA

Os seus objetivos específicos estão destacados a seguir:

- ✓ Analisar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade;
- ✓ Avaliar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Assessorar a alta administração e demais membros do corpo gerencial quanto à execução da receita e da despesa, visando à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis, bem como à eficiência de suas atribuições;
- ✓ Emitir aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira informações oportunas que permitam aperfeiçoar suas atividades;
- ✓ Acompanhar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação;

- ✓ Propiciar a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;
- ✓ Avaliar a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;
- ✓ Emitir orientações, de natureza administrativa, contábil e operacional quanto à aplicação das leis, normas e decisões do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle;
- ✓ Emitir opinião sobre matérias de natureza administrativa, contábil e operacional;
- ✓ Prevenir o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- ✓ Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- ✓ Salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo;
- ✓ Contribuir com a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficiência, eficácia e economicidade dos recursos.

RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Equipe de Trabalho:

- 03 (três) Auditores, sendo 02 com formação em economia e 01 com formação em direito;

Cumpre informar dois pontos a saber: primeiro, que possuímos em nosso quadro da auditoria 02 (dois) auditores com formação em direito em exercício em outra unidade do IFPR e 01 (uma) auditora com formação em direito exercendo cooperação técnica junto ao Instituto Federal de Santa Catarina; em segundo, que houve concurso em andamento para o provimento de duas vagas de auditores. Sendo que ambas as vagas foram preenchidas, no entanto, um dos auditores chamados foi exonerado a pedido. Ressaltamos que já solicitamos junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a reposição

do servidor. Além das 02 (duas) vagas do concurso mencionadas e parcialmente supridas, existem mais quatro códigos de vagas de Auditores disponíveis, perfazendo um total de 05 (cinco) vagas passíveis de utilização.

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS

A Auditoria Interna tem acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, Sistema de Administração de Pessoal - SIAPEcad, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões – SISAC, Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC, ao Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos do IFPR – SIPAC e Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

ORÇAMENTO DO IFPR (PLOA - 2016)

Para o exercício de 2016, o Instituto Federal do Paraná tem previsão orçamentária através da PLOA-2016 [11] de R$ 247.875.944,00 (duzentos e quarenta e sete milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais. **(ANEXO 1)**

PAINT

O Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT foi elaborado com base nas legislações vigentes, normas internas, procedimentos, planos, metas, objetivos e diretrizes adotadas pelo Instituto Federal do Paraná, bem como seus programas e ações definidos em orçamento.

[11] Para elaboração do PAINT foi utilizado o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) lançados no SIMEC pela PROPLAN (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO) para balizar os valores da PLOA 2016. O QDD foi utilizado no lugar da PLOA2016 por oferecer maior detalhamento por natureza de despesa e ter valor aproximado ao PLOA.

A estrutura básica do PAINT é formada por 07 (sete) capítulos, a saber:

I. Mapeamento das Atividades,
II. Hierarquização e Priorização das atividades;
III. Áreas relacionadas que receberão auditoria;
IV. Plano Anual de Atividades de Auditoria;
V. Ações de fortalecimento da unidade: IN SFC nº 01 de 2007;
VI. Conclusão e análise dos resultados esperados com a atuação da auditoria.

I - MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram créditos orçamentários (PLOA - 2016)[12] e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria geral, além dos objetivos institucionais formalizados no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018)

II - HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na análise da hierarquização de atividades será levado em consideração, os desdobramentos de cada item da PLOA-2016 e os objetivos estratégicos formalizados no PDI, ponderando sua a materialidade, a relevância e a criticidade, de acordo com os elementos de despesa, conforme critérios detalhados a seguir:

MATERIALIDADE (MAT.)

A materialidade é apurada com base no orçamento, ou seja, o valor percentual representativo de cada item em relação ao total do orçamento. O orçamento classificado de acordo com a natureza de despesa encontra-se no anexo 1.

[12] Para elaboração do PAINT foi utilizado o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) lançados no SIMEC pela PROPLAN (PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO) para balizar os valores da PLOA 2016. O QDD foi utilizado no lugar da PLOA2016 por oferecer maior detalhamento por natureza de despesas e ter valor aproximado ao da PLOA.

MATERIALIDADE	ORÇAMENTO			GRAU
Altíssima materialidade		x >	10,0%	10
Alta Materialidade	5,0%	< x ≤	10,0%	6
Média materialidade	1,0%	< x ≤	5,0%	4
Baixa materialidade	0,1%	< x ≤	1,0%	2
Baixíssima materialidade		x ≤	0,1%	1

X = orçamento do IFPR

RELEVÂNCIA (REL)

A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários.

Para se chegar ao grau de relevância foram feitos comparativos entre os objetivos constantes no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2014-2018 e os gastos previstos conforme natureza de despesa no IFPR. Está comparação pode ser verificada no Anexo 2.

CRITICIDADE (CRIT.)

A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento;
- Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição;
- Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição;
- Falta de informação ou informação inconsistente;
- Distanciamento físico do gestor dos fatos onde as ações acontecem.

Nesse caso, segue a matriz para a mensuração da criticidade para ser aplicada em cada ação[13]:

CRITICIDADE	GRAU	ÚLTIMA AUDITORIA
Altíssima criticidade	10	Antes de 2013
Alta criticidade	6	Em 2013
Média criticidade	4	Em 2014
Baixa criticidade	2	Em 2015
Altissima Criticidade	1	Em 2015 s/ ressalva

* Considerando os trabalhos concluídos ou em conclusão até Setembro/15

MATRIZ DE RISCO

As atividades de auditoria, sob a égide da Constituição Federal e das normas correlatas, estarão voltadas para um exame de relevância e materialidade, na busca de evidências e de controle, para o fim de comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística da instituição.

[13] A tabela que mensura criticidade leva em consideração apenas o tempo decorrido da última auditoria. Fatores como descentralização, falha no controles, falta de informação e distanciamento físico do gestor são abordados no item **OBSERVAÇÕES ADICIONAIS.**

Para atingir o objetivo da auditoria, cada atividade que compõe a Lei Orçamentária Anual (PLOA-2016) será analisada sob três aspectos apresentados nos tópicos anteriores, isto é, materialidade, relevância e criticidade.

Segue abaixo, a matriz de hierarquização das atividades definidas com base no Plano de Distribuição Orçamentária do IFPR para o exercício de 2016:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA IFPR 2016 (UG: 158009 GESTÃO 26432)		**MAPEAMENTO DA MATRIZ DE RISCO**					
TOTAL DE CRÉDITOS ORÇADOS	**R$ 247.875.944**	**%**	**MAT. (peso 3)**	**REL. (peso 2)**	**CRIT. (peso 1)**	**RESULTADO DA MATRIZ DE RISCO**	**PAINT 2016 (Prioridades)**
Valores por elemento de despesa							
DESPESAS CORRENTES	**R$ 230.796.147**						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**R$ 166.190.720**						
Aposentadorias e Reformas	R$ 910.000	0,37%	2	4	10	4,00	10º
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 139.346.851	56,22%	10	4	6	7,33	1º
Contribuições Patronais	R$ 25.933.869	10,46%	10	2	6	6,67	2º
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**R$ 64.605.427**						
Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Contribuições	R$ 50.647	0,02%	1	10	6	4,83	6
Diárias Civil	R$ 1.534.973	0,62%	2	10	1	4,50	7º
Auxílio Financeiro a Estudantes	R$ 10.051.026	4,05%	4	6	1	4,17	9º
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	R$ 370.500	0,15%	2	6	4	3,67	11º
Material de Consumo	R$ 3.787.250	1,53%	4	1	6	3,33	13º
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	R$ 5.000	0,00%	1	1	10	2,50	15º
Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 4.765.349	1,92%	4	6	1	4,17	9º
Serviços de Consultoria	R$ 4.000	0,00%	1	0	10	2,17	16º

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 1.299.427	0,52%	2	10	6	5,33	4º
Locação de Mão-de-Obra	R$ 20.860.709	8,42%	6	4	4	5,00	5º
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R$ 21.470.021	8,66%	6	6	6	6,00	3º
Obrigações Tributárias e Contributivas	R$ 215.500	0,09%	1	1	10	2,50	15º
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R$ 1.000	0,00%	1	6	10	4,17	9º
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 3.500	0,00%	1	2	10	2,83	14º
Indenizações e Restituições	R$ 133.000	0,05%	1	2	6	2,17	16º
Obrigações Tributárias e Contributivas (19) (I)	R$ 34.825	0,01%	1	1	10	2,50	15º
DESPESAS DE CAPITAL	**R$ 17.079.797**						
INVESTIMENTOS	**R$ 17.079.797**						
Outros Serviços - Pessoas Jurídicas	R$ 213.060	0,09%	1	6	6	3,50	12º
Obras e Instalações	R$ 5.116.812	2,06%	4	6	6	5,00	5º
Equipamentos e Material Permanente	R$ 11.749.925	4,74%	4	4	6	4,33	8º
Total Geral	**R$ 247.875.944**	**99,99%**					

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

A matriz de risco é uma ferramenta que ajuda a auditoria interna a selecionar as áreas prioritárias a serem auditadas. No entanto, há fatores dentro da instituição que fazem com que determinadas áreas não sejam mensuráveis dentro da matriz de risco. Isso se deve a fatores históricos, culturais e processos que vão se desenhando dentro da instituição. Esses processos muitas vezes são muito relevantes e críticos, no entanto não são mensuráveis (de forma exata) do ponto de vista da materialidade.

No IFPR entendemos que há três áreas principais que devam ser auditadas que se encaixam neste perfil, são elas EAD, Descentralização (orçamentária e financeira do IFPR) e Tecnologias da Informação. A primeira refere-se à Educação a Distancia no IFPR, que em 2013 passou pela operação SINAPSE e que apesar das auditorias feitas em 2014 e 2015, carece de maior robustez no que tange aos seus controles internos. Além do que, a EAD do IFPR ainda se encontra em fase de reconstrução, dado os desgastes sofridos nos períodos passados. Faz-se necessário dizer ainda que há um movimento de descentralização por parte da EAD.

A descentralização orçamentária e financeira transferiu responsabilidades dos gastos da reitoria para os *campi*. Demandas que antes viriam para reitoria organizar todo o processo de licitação, empenho, contratação, fornecimento de bens e serviços, liquidação, retenções, pagamento e recolhimento de tributos passaram, em grande parte, a ser tratadas pelos *campi*. Cumpre dizer, que o sistema ainda não se encontra estabilizado, dado que a Portaria 1264/2014 IFPR que descentraliza o orçamento e execução do IFPR é recente (agosto de 2014) e cabe um estudo mais aprofundado do reflexo deste movimento em 2015, além de propor implantação de controles adicionais.

As tecnologias de informação no IFPR também merecem atenção no PAINT 2015. Tais recursos interferem diretamente na produtividade de todos os servidores e não têm sido poucas as vezes que os sistemas geridos pelo IFPR (ou contratados junto a terceiros apresentam queda ou lentidão)

III - ÁREAS RELACIONADAS

Os trabalhos da auditoria contemplarão as seguintes áreas relacionadas a seguir, sendo destacadas as principais atividades passíveis de serem auditadas:

1. CONTROLES DA GESTÃO

1.1 Atuação do TCU

1.2 Atuação da CGU

1.3 Atuação do IFPR

1.4 Atuação da AUDIN

1.5 Formalização da Prestação de Contas

1.6 Diretoria da EAD

2 ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Análise Orçamentária/Execução

3 GESTÃO FINANCEIRA

3.1 Execução financeira

3.2 Suprimentos de Fundos

4 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

4.1 Processos Licitatórios

4.2 Convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

4.3 Auditoria de TI

5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.1 Controle de Frequência

5.2 Avaliação do Dimensionamento da Força de Trabalho

5.3 Folha de Pagamento

5.4 Contribuições Patronais

6 GESTÃO PATRIMONIAL

6.1 Garantia de Obras e Manutenção Infraestrutura

6.2 Obras em Andamento

7 GESTÃO OPERACIONAL

7.1 Auditoria nos Campus

8 ATIVIDADE FIM

8.1 Eficácia, eficiência e efetividade da carga horária docente destinada à pesquisa e extensão (aspectos qualitativos)

9. RESERVA TÉCNICA

9.1. Assessoramentos e Orientações

9.2 Elaboração de Programas de Trabalho e de Norma Regulamentadora de Atividades de Auditoria Interna

IV- AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO FORTALECIMENTO DA AUDITORIA (IN SFC nº 01 de 2007)

Ação de desenvolvimento institucional e capacitação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local de Realização	Nº horas dos Recursos Humanos
Participação no FONAI-MEC	MEC/AUDIN	Promoção e integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC	Mai/16 Out/16	A Definir	160 h
Semana de Administração Orçamentária e Financeira e	AUDIN	Atualização e capacitação da equipe	Abr/15	A Definir	80 h

Contratações Públicas – ESAF					
Cursos na área de auditoria	AUDIN	Atualização e capacitação da equipe	A Definir	A Definir	100 h

V- CÁLCULO DA FORÇA DE TRABALHO

O PAINT 2016 abrange o período de 01/01 a 31/12/2016. A auditoria Interna contará com 3 auditores no início de 2016 (sem apoio ou assessoramento). A jornada de trabalho dos auditores corresponde a 8 horas diárias. Estima-se 247 dias úteis no ano de 2016. Porém temos que considerar o período de férias dos auditores (20 dias úteis) e o período de afastamento para capacitação e demais compromissos (10 dias úteis) . Sendo assim podemos fazer o cálculo horas/homem que a equipe de auditoria disporá em 2016 para realização de auditorias:

Horas trabalhadas = nº de dias trabalhados * Jornada de Trabalho * número de auditores

Horas trabalhadas = 217 * 8 * 3

Horas trabalhadas = 5208

Cumpre ressaltar que neste PAINT não fora destinado horas para as atividades administrativas, que ficará a cargo dos auditores.

VI - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA (IN SEC n. 01 de 2007)

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Escopo do trabalho	Período	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento
1. CONTROLES DA GESTÃO								
1.1 Atuação do TCU	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	Determinações do TCU não serem atendidas.	100% dos Acórdãos e diligências emitidas.	Mensal	AUDIN/ Unidades	240	Observação às Normas Vigentes
	GABINETE DO REITOR	Reuniões periódicas a fim de levantar as dificuldades para o cumprimento das demandas do TCU	Determinações do TCU não serem atendidas por falta de entendimento do setor responsável.	Acompanhamento de 100% das solicitações do TCU	Mensal	GABINETE DO REITOR	50	Funcionamento do IFPR
1.2 Atuação da CGU	CGU	Acompanhar o atendimento das solicitações na auditoria de acompanhamento e fazer a interligação com os setores/unidades internas	Atendimento incorreto, ou insuficiente, das solicitações de auditoria.	Acompanhamento de 100% das solicitações de auditoria.	Mensal	AUDIN/ Unidades	530	Observação às Normas Vigentes
1.3 Atuação do IFPR	IFPR	Acompanhar o atendimento das normas internas emitidas pelo IFPR.	Aplicação incorreta das normas internas do IFPR devido à má interpretação.	Acompanhamento de 100% das normas internas do IFPR.	Mensal	AUDIN/ Unidades	120	Observação às Normas Vigentes
1.4 Atuação da AUDIN	AUDIN	Elaborar, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências evitando a fragilidade dos controles.	Falta de implementação de recomendações da AUDIN.	100% das solicitações de auditoria, orientações, recomendações	Mensal	AUDIN/ Unidades	320	Observação às Normas Vigentes
	CGU	Elaboração do Relatório Anual das Atividades da Auditoria	Ausência de relato de alguma atividade executada pela AUDIN.	RAINT 2016	Janeiro	AUDIN	120	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06
	CGU	Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria para o exercício 2015	Falta de qualidade na execução das atividades de auditoria.	PAINT 2017	01/10 a 31/10	AUDIN	100	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06 IN CGU nº 09/07
	AUDIN/CGU	Elaboração dos relatórios de auditoria (registro das constatações de auditoria, notas de auditoria, pareceres técnicos e).	Falta de qualidade na execução das atividades de auditoria.	100% dos relatórios, notas e pareceres elaborados pela AUDIN	Mensal	AUDIN	400	Normas de auditoria e legislação aplicada.
	AUDIN/CGU	Acompanhar o encaminhamento dado às denúncias / reclamações / questionamentos do público encaminhados à Ouvidoria ou ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.	Ausência de atendimento ao cidadão.	Acompanhamento das denuncias enviadas à Ouvidoria ou ao SIC.	Mensal	AUDIN/Ouvidoria/SIC	60	Observância às normas vigentes.
1.5 Formalização da Prestação de Contas	AUDIN	Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas, evitando incompatibilidade com a legislação.	Incompatibilidade do relatório de gestão com as normas vigentes.	Relatórios de gestão e prestação de contas anual	Fev	AUDIN / PROPLAN	200	DN TCU 100/09
		Emitir parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas 2015			Fev			Portaria CGU 2.270/09 e anexos
1.6 Diretoria da EAD	AUDIN	Acompanhar os processos administrativos e controles internos relativos à gestão de EAD	Controle interno ineficiente no sentido de coibir ilegalidades	Gestão da EAD	Novembro	AUDIN/EAD	200	Observação às Normas Vigentes
2 ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA								
2.1 Análise Orçamentária/Execução	AUDIN	Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação. Verificar a compatibilidade entre a execução, conformidade de gestão e conformidade contábil nas diversas UGs	Utilização de recursos em ações diversas do planejado.	Planejamento Orçamenetário - IFPR	jun	PROAD / PROPLAN / AUDIN	100	Consulta SIAFI, SIASG e SIPAC LOA - 2016 Lei 4.320/64 e normas correlatas

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Escopo do trabalho	Período	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento
3 GESTÃO FINANCEIRA								
3.1 Execução financeira	AUDIN	Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação	Repasse indevido de recursos.	15% do valor total dos processos de pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços	julho	PROAD/DCOF	100	Consulta SIAFI, SIASG e SIPAC Lei 8666/93 Lei 4.320/64 e normas correlatas
3.2 Suprimentos de Fundos	AUDIN	Verificar os pagamentos do cartão de pagamento.	Pagamentos/compras indevidas via CPGF.	100% dos pagamentos	Dezembro	PROAD / AUDIN	90	Lei 4.320/64 Consulta SIAFI Decreto nº 5.355/05 e Decreto nº 6.370/08
4 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS								
4.1 Processos Licitatórios	TCU / CGU / AUDIN	Verificar a legalidade e formalidades do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios, com ênfase nos processos de dispensa e inexigibilidade executados diretamente pelos Câmpus. Verificar os orçamentos prévios que justificaram os preços das aquisições.	Processos licitatórios executados em desconformidade com a legislação.	10% das Inexigibilidades; 10% das Dispensas 10% das Demais Modalidades	Março e abril	AUDIN / PROAD / Câmpus	400	Lei 8.666/93 Lei 10.520/02 LC 123/06 Dec. 3.555/00 Dec. 5.450/05 Dec. 5.504/05 Dec. 3.391/01 Lei 8.897/95 Lei 11.079/04
4.2 Convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	CGU / AUDIN	a) A consistência das informações prestadas pela UJ no relatório de gestão sobre este tema; b) O volume de recursos transferidos pela UJ comparado à quantidade de termos vigentes no exercício de referência; c) A situação da prestação de contas pelos agentes recebedores dos recursos; d) A situação do tratamento às contas prestadas ao órgão ou unidade concedente, repassador dos recursos; e) A observância pela UJ das exigências previstas nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; f) A estrutura de controles da UJ concedente/contratante para: - garantir o alcance dos objetivos definidos nos respectivos instrumentos; - para analisar a prestação de contas; - para realizar as fiscalizações da execução do objeto da avença, inclusive por intermédio de verificações físicas e presenciais; g) A conformidade do A qualidade e a completude das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres inseridas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV	Celebração de convênios onerosos em desacordo com a legislação vigente.	30% dos processos de convênios de despesas vigentes no exercício, com ênfase nos Termos de Parceria.	Abril e Maio	AUDIN / PROAD / Unidades	200	IN STN nº 01 de 15/01/97 e Normas internas do IFPR Consulta SIAFI Dec. 6170/07 Port. Interm 127/08 Lei nº 9.790/99
4.3 Auditoria de TI	AUDIN	Verificar a qualidade dos recursos de TI que interferem na produtividade dos demais servidores. Verificando serviços prestados por terceiro, firewal, cursos (direcionados à TI) e competências da equipe	Interferencia direta na produtividade dos demais servidores	Interferência na produtividade dos servidores	maio	DTIC	150	Sistemas

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Risco inerente ao objeto	Escopo do trabalho	Período	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
							Nº h/h	Conhecimento
5.1 Controle de Frequência	AUDIN	Verificar a regularidade da frequência dos TAEs	Descumprimentoda jornada de trabalho	10% dos servidores	agosto	Todo o Instituto	150	Lei 8.112/90
5.2 Avaliação do Dimensionamento da Força de Trabalho	AUDIN	Verificar a adequação da força de trabalho	Apurar eventuais excessos ou falta de força de trabalho	Quadro de pessoal do Instituto	junho	Todo o Instituto	150	Lei nº 11.091/05 Lei n. 12.772/12
5.3 Folha de Pagamento	CGU / AUDIN	Verificar a regularidade da Folha de Pagamento, com ênfase em auxílio moradia, auxílio transporte e adicional noturno	Pagamento indevido ou em desacordo com a legislação.	10 % Folha Mensal e 50% das implantações manuais no SIAPE	agosto	PROGEPE / AUDIN	150	Lei 8.112/90, SIAPE
5.4 Contribuições Patronais	AUDIN	Verificar a regularidade do pagamento para o RGPS (contratação de temporários)	Pagamento indevido ou em desacordo com a legislação.	10 % Folha Mensal	janeiro	PROGEPE / AUDIN	100	Contribuição ao RGPS, FAP, RAT, entre outros
6 GESTÃO PATRIMONIAL								
6.1 Garantia de Obras e Manutenção Infraestrutura	AUDIN	Verificar a consistência dos controles de garantias dos imóveis	Prejuízos ao erário público pela inobservância de garantias e inexistência de ações preventivas	10% dos bens móveis do IFPR	outubro	AUDIN / PROAD / Demais Unidades	250	IN nº 205/1988 Dec. 200/67 Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas internas do IFPR
6.2 Obras em Andamento	CGU / AUDIN	Verificar os aspectos legais/formais relativos aos contratos de obras em andamento.	Ocorrência de atrasos na conclusão das obras, atuação ineficiente da fiscalização, ilegalidades em termos aditivos	20% das obras em andamento	novembro	PROAD/Câmpus	250	Lei n. 8.666/93
7 GESTÃO								
7.1 Auditoria nos Câmpus	IFPR	Verificar se as metas previstas foram cumpridas, instalações físicas, verificação dos controles internos.	Falhas em controles internos.	Assis Chateubriand, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, e Telemaco Borba, *in loco* e Demais Câmpus atividades direcionadas	Março a Dezembro	AUDIN / Câmpus	350	Controle Administrativo da demanda
8 ATIVIDADE FIM								
8.1 Eficácia, eficiência e efetividade da carga horária docente destinada a pesquisa e extensão	AUDIN	Verificar o funcionamento do COPE. A forma como se dá aprovação e o desenvolvimento dos projetos de pesquisas dentro do IFPR	A apresentação dos projetos de pesquisas. Saber se tais projetos são apresentados apenas formalmente ou trazem retornos substânciais ao IFPR	Até 10% dos projetos de pesquisa e extensão	setembro	PROEPI	120	Normas internas da instituição e legislação pertinente
9. Reserva Técnica								
9.1. Assessoramentos e Orientações	GABINETE DO REITOR / UNIDADES GESTORAS	Assessoramento a administração com emissão de orientações, pareceres, minutas de normas/portarias, bem como palestras informativas para todos os servidores da unidade demandada.	Falhas na execução dos objetivos da instituição em decorrência de falta de orientação.	Demanda da Gestão	Mensal	AUDIN	208	Normas internas da instituição e legislação pertinente
9.2 Elaboração de Programas de Trabalho e de Norma Regulamentadora de Atividades de Auditoria Interna	AUDIN	Elaborar programas de trabalho e minuta de norma regulamentadora de atividades de auditoria interna	Falhas na execução dos trabalhos	Normas gerais de auditoria	Anual	AUDIN	100	Normas internas da instituição e legislação pertinente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAINT 2016 abrange o período de 01/01 a 31/12/2015. Para o cálculo das horas, consideramos o quantitativo atual de 03 (três) auditores de 8 horas diárias. Totalizando durante o ano, 5.208 horas que foram distribuídas nas atividades de auditoria.

Nas horas destinadas a cada ação está incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, coleta e análise de dados aplicados através de métodos de amostragem, leitura e interpretação da legislação pertinente, elaboração das solicitações de auditoria, dos registros das constatações de auditoria, das notas de auditoria e dos relatórios com os achados positivos e negativos de auditoria e as devidas recomendações.

Os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal objetivando emitir opinião sobre os dados analisados, assim como diagnosticar e certificar a gestão dos recursos executados por seus agentes responsáveis.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos, não programados, como: treinamentos não previstos, trabalhos especiais, atendimento ao TCU, à CGU, ao Reitor, à administração central e aos diretores de campi.

A unidade de Auditoria Interna prestará assistência durante todas as auditorias realizadas nas unidades do IFPR, tanto pela Controladoria Geral da União, quanto pelo Tribunal de Contas da União, bem como quaisquer outras auditorias e fiscalizações externas, acompanhando as recomendações efetuadas pelos mesmos e informando seus resultados aos órgãos competentes.

A elaboração do PAINT permitirá que os trabalhos da auditoria do IFPR sejam realizados de forma planejada, abrangendo análise ampla dos recursos que estão previstos para serem repassados ao IFPR durante o ano de 2016.

Diante da proposta elaborada, submetemos à análise prévia da CGU Regional/PR, a fim de que esta se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, além de tecer suas recomendações.

Curitiba, 29 de outubro de 2015.

Roberto Batista
Coordenador Adjunto de Auditoria Interna

ANEXO 1: PLOA 2016 – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA

	Valor
Total	247.875.944
Função	**Valor**
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	910.000
12 - EDUCAÇÃO	246.915.297
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	50.647
SubFunção	**Valor**
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	25.933.869
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	807.680
272 - PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	910.000
363 - ENSINO PROFISSIONAL	220.173.748
846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	50.647
Programa	**Valor**
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	910.000
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	50.647
2080 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	80.826.897
2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	166.088.400
Ação	**Valor**
00OL - CONTRIBUIÇÕES E ANUIDADES A ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA	50.647
0181 - APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS	910.000
09HB - CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	25.933.869
20RG - EXPANSÃO E REESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	3.658.537
20RL - FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	65.967.334
20TP - PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	139.346.851
2994 - ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	11.201.026
4572 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	807.680
Grupo de Natureza de Despesa (GND)	**Valor**
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	166.190.720
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.605.427

4 - INVESTIMENTOS		17.079.797
Fonte		**Valor**
105 - A DEFINIR		244.393.477
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS (RECURSO OUTRAS FONTES)		3.031.390
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS (RECURSO OUTRAS FONTES)		451.077
Natureza de Despesa (Plano de Contas)	**Distribuído**	**Total**
3.0.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES		230.796.147
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		166.190.720
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas		140.256.851
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.346.851	139.346.851
3.1.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S		25.933.869
3.1.91.13.00 - Contribuições Patronais (19)(I)	25.933.869	25.933.869
3.3.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES		64.605.427
3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		50.647
3.3.50.41.00 - Contribuições	50.647	50.647
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas		64.519.955
3.3.90.14.00 - Diárias - Civil	1.534.973	1.534.973
3.3.90.18.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	10.051.026	10.051.026
3.3.90.20.00 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	370.500	370.500
3.3.90.30.00 - Material de Consumo	3.779.370	3.787.250
3.3.90.30.17 - Material de Processamento de Dados	7.880	
3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras (6)(I)	5.000	5.000
3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	4.765.349	4.765.349
3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	4.000	4.000
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.299.427	1.299.427
3.3.90.37.00 - Locação de Mão-de-Obra	20.860.709	20.860.709
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	18.927.866	21.470.021
3.3.90.39.08 - Manutenção de Software	23.012	
3.3.90.39.56 - Serviços de Tecnologia da Informação	563.258	
3.3.90.39.97 - Comunicação de Dados	1.955.885	
3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	215.500	215.500
3.3.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	1.000	1.000
3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	3.500	3.500
3.3.90.93.00 - Indenizações e Restituições	133.000	133.000
3.3.91.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S		34.825
3.3.91.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas (19)		

(I)	34.825	34.825
4.0.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL		17.079.797
4.4.00.00.00 - INVESTIMENTOS		17.079.797
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas		17.079.797
4.4.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	213.060	213.060
4.4.90.51.00 - Obras e Instalações	5.116.812	5.116.812
4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	11.717.795	11.749.925
4.4.90.52.35 - Equipamentos de Processamento de Dados	32.130	
Total Geral	247.875.944	

ANEXO 2: CÁLCULO DA RELEVÂNCIA NAS ÁREAS A SEREM AUDITADAS

O Cálculo da relevância das áreas é feito da seguinte forma: Dada a natureza de despesa na primeira linha verificamos a sua importância de acordo com os diversos objetivos institucionais (PDI 2014-2018) constante na primeira coluna. Quando a natureza de despesa tem correlação direta com objetivo institucional atribuímos valor 2, quando há correlação indireta atribuímos o valor 1 e quando não há correlação atribuímos o valor 0. Ao final, cada natureza de despesa vai apresentar um valor avaliando sua relação com os objetivos institucionais.

Da tabela abaixo podemos extrair que Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal é a natureza de despesa que tem maior relação com os objetivos institucionais, atingindo pontuação 18. Dada esta pontuação atribuímos a ela o valor máximo (10) e às outras pontuações um valor proporcional (regra de três)

Objetivos Institucionais/Despesas correntes (Relação)	DESPESAS CORRENTES			OUTRAS DESPESAS CORRENTES															DESPESAS DE CAPITAL (Investimento)		
	Aposentadorias e Reformas	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	Contribuições Patronais	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Contribuições	Diárias Civil	Auxílio Financeiro a Estudantes	Auxílio Financeiro a Pesquisadores	Material de Consumo	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Consultoria	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Locação de Mão-de-Obra	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Despesas de Exercícios Anteriores	Indenizações e Restituições	Obrigações Tributárias e Contributivas	Outros Serviços Pessoas Jurídicas	Obras e Instalações	Equipamentos e Material Permanente
Integração entre conteúdos de disciplinas e a pesquisa em todos os níveis de ensino	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fomentar as práticas esportivas e culturais dos Campus	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Proporcionar aos alunos a inserção ao mercado de trabalho através da oferta de estágio e de emprego	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolver mecanismos de acompanhamento de egressos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Implementar programas de empreendedorismo inovador	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promover a inclusão tecnológica no Campus	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	
Criar mecanismos para a redução da evasão	0	0	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Criar ambientes multidisciplinares para o processo ensino-aprendizagem ;	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Consolidar a assistência estudantil nos Campus;	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Manter e acompanhar o sistema de cotas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fomentar a criação de programas de pós-graduação	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Estruturar a equipe de professores e pesquisadores focados no tema de referência	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Discutir de forma democrática nos Campus as áreas de referência;	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mapear as competências e habilidades existente no IFPR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estruturar metodologia para abertura de novos cursos	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Consolidar e ampliar o sistema de parcerias em todos os níveis do IFPR	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
Criar espaços institucionais para a integração das comunidades internas e externa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Promover a participação das comunidades internas e externa nas tomadas de	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

decisão																						
Promover parceria com setor empresarial de referência no mercado	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Criar ambientes especializados com alta tecnologia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Desenvolver processo de transferência de conhecimento e tecnologia	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolver a gestão administrativa e manutenção na infraestrutura;	0	0	0	0	2		0	0	0	2	0	0	0	2	1	0	0	0	1	1	2	2
Articular planejamento e captação de recursos por meio de projetos;	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promover desenvolvimento institucional com a utilização de aprimoramento de indicadores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Alinhar as ações com os objetivos estratégicos;	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0		0		
Criar modelos, métodos e ferramentas para promover a gestão sustentável	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Consolidar os mecanismos organizacionais da gestão integrada	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Disponibilizar conhecimentos e tecnologias que permitam a análise	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

de dados, gestão de informação e conhecimento																						
Promover a transparência e a divulgação dos atos institucionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0
Disseminar a cultura de planejamento em todos os níveis da instituição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Implantar política de capacitação e educação continuada	0	2	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenvolver mecanismos de motivação e comprometimento dos servidores	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Criar critérios de distribuição de vagas de servidores	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Aprimorar o processo de gestão de pessoas nas unidades	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Promover eventos culturais e sociais	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promover a integração e o desenvolvimento das pessoas, criando um ambiente produtivo e humanizado	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Estruturar o modelo de comunicação interna para servidores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Implementar programas de qualidade de vida	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promover a identidade institucional e a marca do IFPR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Diversificar o portfólio de material de divulgação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ser referência na área de desenvolvimento de tecnologias educacionais, fortalecendo a identidade institucional	0	1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	18	2	3	7	10	11	0	8	7	0	0	0	10	1	0	0	0	1	3	12	12
RELEVÂNCIA	0	10	1	2	4	6	6	0	4	4	0	0	0	6	1	0	0	0	1	2	7	7